PROJETO DE LEI Nº 266/2026

Dispõe sobre a alteração do nome do Elevador Lacerda para Elevador Makota Valdina

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nome do Elevador Lacerda, que faz a ligação entre a Praça Maria Felipa, no Comércio, e a Praça Tomé de Souza (Praça Municipal), no Centro Histórico de Salvador, o qual passa a se chamar Elevador Makota Valdina.

Parágrafo único. A planta de localização do logradouro integra o corpo desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes deste presente Projeto de Lei correrão por conta de verba própria do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Salvador/BA, 04 de setembro de 2026.

ELIETE PARAGUASSU DA CONCEIÇÃO
Vereadora da Cidade do Salvador

JUSTIFICATIVA

Em 1873, foi inaugurado, em Salvador, o Elevador Hidráulico da Conceição da Praia, primeiro elevador urbano do mundo, em cerimônia realizada no dia 8 de dezembro, data dedicada à Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Bahia. Nos primeiros anos, o equipamento ficou popularmente conhecido como Elevador Parafuso e, em 1896, recebeu oficialmente a denominação de Elevador Antônio Lacerda, em homenagem ao seu idealizador e à família Lacerda.

A construção do elevador representou um marco na história da mobilidade urbana de Salvador. Concebido para estabelecer a ligação entre a Cidade Baixa, então importante centro comercial, e a Cidade Alta, em processo de expansão, o equipamento facilitou o deslocamento de pessoas e mercadorias em uma cidade marcada por uma profunda escarpa que historicamente separava os dois planos. Antes dele, essa ligação era realizada por meio de ladeiras íngremes, longas escadarias e equipamentos destinados ao transporte de cargas.

O Elevador Lacerda integra, portanto, a própria formação urbana de Salvador e permanece como um dos seus mais importantes símbolos arquitetônicos, históricos e turísticos. Em 7 de dezembro de 2006, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em reconhecimento ao seu relevante valor histórico, cultural e paisagístico. Sua condição de patrimônio e de um dos principais cartões-postais da cidade impõe ao Poder Público especial responsabilidade quanto à memória que se preserva, aos personagens que se homenageiam e às narrativas que se apresentam às atuais e futuras gerações.

É precisamente nesse campo da memória pública que se insere a presente proposição.

A denominação de espaços e equipamentos públicos não constitui ato meramente administrativo. Os nomes atribuídos aos lugares da cidade selecionam personagens, acontecimentos e valores que passam a integrar a memória coletiva. Em uma cidade como Salvador, cuja história é profundamente marcada pela presença, pela resistência e pela produção cultural da população negra, é necessário que o patrimônio público também seja capaz de expressar essa dimensão fundamental de sua formação.

A atual denominação do equipamento homenageia Antônio de Lacerda, personagem diretamente relacionado à sua idealização e construção. Entretanto, pesquisas históricas e acadêmicas têm chamado atenção para a trajetória econômica da família Lacerda e para sua inserção em atividades comerciais vinculadas ao tráfico transatlântico de africanos escravizados, inclusive em período posterior à sua proibição legal. Estudos também apontam a participação de

integrantes da Companhia Lacerda em atividades relacionadas ao comércio de pessoas escravizadas. [1]

Relata Waldir Oliveira em sua pesquisa:

> *"É possível que, a exemplo de muitos outros, houvesse estado ligado, em outros tempo, ao tráfico de escravos, desde que, em maio de 1830, o Consulado Britânico da Bahia comunicava ao seu Governo suas suspeitas acerca da participação no comércio de Africanos, do navio "Angélica, comandado por Joaquim Ignácio do Livramento", considerado "aparentemente, da propriedade de Antônio Francisco de Lacerda, Comerciante nesta praça", ainda que estivesse a referida embarcação registrada como de propriedade de João Baptista Oreille, natural da França ou Flandres. Valendo notar, então, que em janeiro daquele mesmo ano casara-se Antônio Francisco de Lacerda com Dona Angélica Viana, o que nos permite estabelecer ligações entre a sua esposa e o nome da embarcação."* (pp 61-62)

> *(...) Entre 1860 e 1870 esteve Antonio Francisco de Lacerda envolvido em inúmeras transações comerciais. (...) Finalmente, em 1869, aparece como um dos mais importantes sócios da firma "Antônio de Lacerda & Cia.", destinada à construção od elevador hidráulico da Conceição, ligando a Cidade Alta à Cidade Baixa, e à instalação de um caminho de ferro urbano entre a Praça do Palácio e a povoação da Barra" (pp 69-69)*

Na primeira metade do séc. XIX, o português Antônio Francisco de Lacerda (pai de Antônio Lacerda), o norte-americano John Smith Gillmer e o comissário de açúcar e um dos mais importantes traficantes de escravos desse tempo, Antônio Pedroso de Albuquerque, sendo os mais importantes empresários da época, reuniram-se na companhia Lacerda e Cia., com aporte financeiro de ambos os três para a construção da Fábrica Todos os Santos (Valença, 1845). Em 1860, dois dos sócios da Lacerda e Cia. Deixaram a sociedade e a empresa seguiu apenas com Antônio Pedroso de Albuquerque.

No último capítulo da obra "Do tráfico à indústria: o caso da fábrica têxtil Todos os Santos (Bahia, c.1831-c.1860)", a pesquisadora Silvana Andrade dos Santos discorre sobre a relação entre o tráfico ilegal de africanos escravizados e a formação da indústria baiana demonstra que os capitais acumulados com o comércio ilegal de pessoas não desapareceram após sua proibição, mas foram redirecionados para diferentes atividades econômicas, a partir de 1850, inclusive

[1] OLIVEIRA, Waldir Freitas. A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de Estudos da Bahia, 1985.

empreendimentos industriais. Ao analisar a Fábrica Têxtil Todos os Santos, em Valença, a autora identifica Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer entre os agentes cuja participação no empreendimento provavelmente esteve relacionada à aplicação de recursos provenientes dos lucros do tráfico ilegal.[2]

A pesquisa evidencia, ainda, que havia mais de um destino para os investimentos provenientes dos lucros do tráfico ilegal; a própria atividade industrial permanecia vinculada à economia escravista: a fábrica produzia sacos para as lavouras e roupas destinadas a pessoas escravizadas, além de ter sido instalada em antigo local de desembarque clandestino de africanos e contar entre seus sócios com praticantes conhecidos do comércio ilegal.[3]

O estudo revela, assim, que os capitais provenientes do tráfico ilegal foram incorporados a empreendimentos econômicos e contribuíram para a formação de patrimônios que permaneceram na sociedade baiana mesmo após a proibição do tráfico. Silvana Santos, em seu texto, mostra uma das inúmeras formas encontradas pelos traficantes ilegais de preservarem seus lucros e se manterem na impunidade.[4]

Desde modo, resta demonstrado que Antônio Francisco de Lacerda, do qual provém todo o patrimônio da família Lacerda, assim como outros grandes empresários da época, possuíam atividades ilícitas referentes ao tráfico de escravizados e tantos outros negócios lícitos que, muitas vezes funcionavam como uma espécie de “lavagem de dinheiro”, inclusive com parcerias e sociedades entre si.

Feita esta breve explanação, destacamos que não se pretende, com a presente proposição, apagar a importância histórica do equipamento ou negar sua trajetória. Ao contrário: pretende-se ampliar o significado de um dos maiores símbolos de Salvador, reconhecendo que preservar o patrimônio também significa revisitar criticamente as narrativas que o constituíram e permitir que a cidade escolha, para seus espaços públicos, referências compatíveis com os valores que deseja afirmar.

Nesse sentido, a alteração da denominação do equipamento constitui também uma medida de valorização da memória negra e de enfrentamento ao racismo, na medida em que retira o monumento da mão dos traficantes e o coloca em exaltação da resistência da comunidade negra. Trata-se de reconhecer que a história de Salvador não pode ser contada apenas a partir daqueles que concentraram poder e riqueza ao custo da vida de homens e mulheres negros, mas deve incorporar, com igual centralidade, a contribuição daqueles e daquelas que construíram a cidade, preservaram seus saberes, defenderam suas comunidades e lutaram pela dignidade, pela liberdade e pela igualdade.

[2] SARAIVA, L. F.; SANTOS, S. A. dos; PESSOA, T. C. (Org.). Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c.1831-1850). São Paulo: Hucitec Editora, 2021.
[3] idem
[4] idem

É nesse horizonte que se propõe que o Elevador Antônio Lacerda passe a denominar-se Elevador Makota Valdina.

Valdina de Oliveira Pinto, conhecida como Makota Valdina, foi uma das mais importantes referências da cultura afro-brasileira e da luta antirracista em Salvador. Mulher negra, educadora, liderança religiosa de matriz africana e intelectual, construiu uma trajetória dedicada à valorização das identidades negras, à defesa da liberdade religiosa, dos direitos das mulheres e à preservação dos saberes e tradições de matriz africana.

Nascida e criada no Engenho Velho da Federação, Makota Valdina exerceu importante função no Terreiro Tanuri Junsara, na tradição Angola, onde atuou como makota, função de cuidado, aconselhamento e organização da comunidade religiosa. A partir de sua vivência e de seus conhecimentos, tornou-se reconhecida pela capacidade de articular os saberes ancestrais, especialmente os de matriz bantu, com o pensamento contemporâneo, sendo referência em espaços acadêmicos, culturais e políticos no Brasil e no exterior.

A educadora Makota Valdina também foi decisiva para a formação enegrecida da população soteropolitana. Professora e diretora interina da rede municipal de ensino de Salvador, dedicou-se à formação de estudantes e professores em temas como relações raciais, identidade negra, diversidade cultural, intolerância religiosa, religiões de matriz africana e direitos das mulheres. Sua prática pedagógica contribuiu para aproximar a educação formal dos conhecimentos produzidos pelas comunidades negras e tradicionais, valorizando epistemologias historicamente invisibilizadas.

Makota Valdina também ocupou espaços institucionais de relevância, tendo integrado o Conselho Curador da Fundação Cultural Palmares, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia e o Conselho Municipal de Cultura de Salvador. Sua trajetória foi registrada em diferentes produções culturais e reconhecida por diversas instituições, entre elas a Câmara Municipal de Salvador, a Fundação Gregório de Mattos e organizações do movimento negro e da cultura baiana.

Mais do que uma homenagem individual, atribuir seu nome a um dos mais conhecidos equipamentos públicos de Salvador significa reconhecer uma mulher negra como referência de conhecimento, educação, cultura, ancestralidade, resistência e construção democrática da cidade.

A escolha de Makota Valdina possui, ainda, profundo significado simbólico quando relacionada à própria função do equipamento. Assim como o elevador conecta fisicamente a Cidade Baixa à Cidade Alta, Makota Valdina, ao longo de sua vida, também se dedicou a conectar mundos: o conhecimento acadêmico e os saberes ancestrais; a educação formal e a cultura negra; diferentes tradições religiosas; gerações; comunidades e instituições.

Renomear esse importante patrimônio de Salvador como Elevador Makota Valdina significa, portanto, conferir ao principal elo vertical da cidade o nome de uma mulher que dedicou sua existência à construção de pontes entre pessoas, saberes, culturas e ancestralidades.

A proposição está inserida em um movimento contemporâneo de revisão crítica da memória urbana e de reconhecimento da contribuição da população negra para a formação de Salvador. Não se trata de negar o patrimônio ou apagar sua história, mas de qualificá-lo e ampliar sua magnitude. Não se pretende substituir uma memória por outra, mas sim fazer com que o patrimônio público de Salvador seja capaz de refletir a pluralidade de sujeitos que construíram e continuam construindo a cidade.

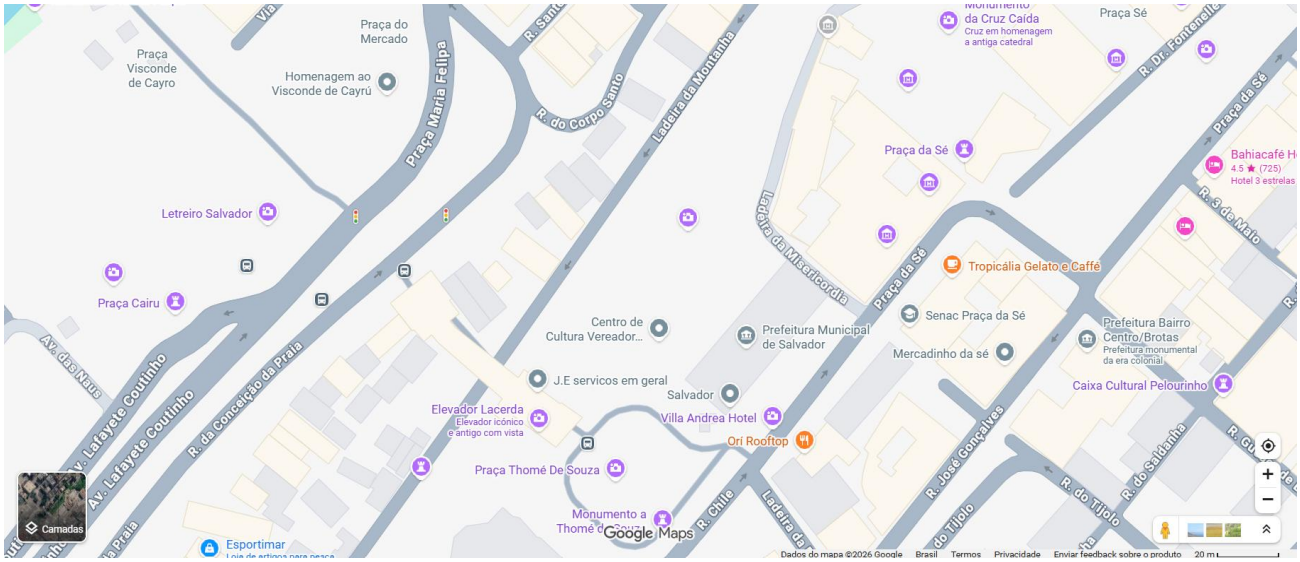
Ao homenagear Makota Valdina, Salvador afirma, em um de seus mais emblemáticos espaços, que seus patrimônios também devem contar a história das mulheres negras, dos povos de terreiro, dos educadores, dos mestres de saberes tradicionais e de todos aqueles que, por meio da resistência e da produção de conhecimento, contribuíram para fazer desta cidade um território de cultura, diversidade e luta por direitos.

Por essas razões, a presente proposição busca conferir ao Elevador Makota Valdina não apenas uma nova denominação, mas um novo marco simbólico de memória, reconhecimento e reparação, fazendo do patrimônio um instrumento de educação para as presentes e futuras gerações e reafirmando Salvador como cidade que reconhece, valoriza e celebra a centralidade da população negra na construção de sua história.

Salvador-BA, 04 de setembro de 2026.

ELIETE PARAGUASSU
Vereadora do Município de Salvador

MAPA E COORDENADAS GEOGRAFICAS



Coordenadas: 12.974172° S 38.513314° O

Logradouro: Praça Tomé de Souza, S/N - Centro, Salvador - BA, 40020-000